



Fairway Seguros

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## Sumário

Relatório da administração .....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	4
Parecer dos atuários auditores independentes .....	7
Balancos Patrimoniais .....	9
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios .....	10
Demonstrações dos Resultados Abrangentes .....	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	12
Demonstrações dos Fluxos De Caixa .....	13
Notas Explicativas .....	14

## Relatório da administração

Em cumprimento aos dispositivos legais e societários vigentes, apresentamos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da FAIRWAY SEGUROS S.A. (“Companhia”) relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### Contexto Institucional

Em 03 de julho de 2020 a Travelers Brazil Aquisition LLC, empresa americana que detinha 100% das ações da Travelers Seguros Brasil S.A. por meio da Travelers Participações em Seguros Brasil S.A., firmou acordo de transferência do controle acionário com a Walsham Investment Ltd, empresa que faz parte do Grupo Quest; operação esta que dependia da aprovação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Em 16 de dezembro de 2020, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou a transferência do controle acionário. Deste modo, a Companhia passou a fazer parte do Grupo Quest, empresa especializada em aquisição e gerenciamento de carteiras de seguros e resseguros em *run-off*, sediada no Reino Unido.

### Resultado do período, perspectiva e planos da administração

Os negócios ainda vigentes com a Companhia continuam sendo mantidos em *run-off* com foco na administração e atendimento e regulação dos sinistros, bem como a manutenção de contratos para garantir a governança interna e atender a administração de todas as demandas de seus clientes, em consonância com as diretrizes do regulador local. Tendo em vista que os novos acionistas têm como principal foco a administração do *run-off*, sua estratégia de condução da operação no Brasil não necessita necessariamente de uma licença para operar como seguradora, uma vez que não se espera comercialização de seguros. Desta forma, a depender ainda de possíveis oportunidades que possam surgir no país e também de uma possível nova regulamentação que melhor aborde o tema, os acionistas podem ou não manter esta licença.

Em 2025, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 202 (lucro de R\$ 379), representando um decréscimo de 153% em linha com a política e expertise do Grupo Quest para gestão de carteiras descontinuadas baseada em controle de custos operacionais e gestão de sinistros.

### Investimentos

Com base no estudo do seu fluxo de caixa, a Companhia, por meio de seus administradores, considera deter capacidade financeira para honrar suas obrigações.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada, e aos diretores bem como nossos estimados profissionais pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

### A Diretoria

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
**Fairway Seguros S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fairway Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fairway Seguros S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados -SUSEP.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia opera na condição de *run-off* desde 2019 e que as últimas apólices vigentes foram encerradas em maio de 2023.. O plano da administração em relação ao cenário de *run-off* e à gestão financeira também estão indicados na Nota explicativa 1. A continuidade operacional da Companhia, portanto, está condicionada à efetivação dos termos desse plano da administração. Consequentemente, esses fatores e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à intenção e capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP023701/O-8

Douglas Souza de Oliveira  
Contador CRC 1SP191325/O-0

## **Parecer dos atuários auditores independentes**

Aos Acionistas e Administradores da  
Fairway Seguros S.A.  
São Paulo - SP  
CNPJ: 09.064.453/0001-56

### **Escopo da Auditoria**

*Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Fairway Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Fairway Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.*

### **Responsabilidade da Administração**

*A Administração da Fairway Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.*

### **Responsabilidade dos atuários independentes**

*Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.*

*Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Fairway Seguros S.A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.*

*Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.*

### **Opinião**

*Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Fairway Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.*

### **Outros assuntos**

*No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.*

*Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.*

*São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.*

*Mário Costa*

*Atuário MIBA 933*

*FORVIS MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170*

*CNPJ Nº 41.921.418/0001-19*

*Avenida Trindade, 254, salas 1314 e 1315, Edifício Office*

*Bethaville, Bairro Bethaville I, na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP: 06404-326*

## BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais Mil)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>30.007</b>	<b>14.416</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>26.183</b>	<b>25.970</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>68</b>	<b>72</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>7.</b>	<b>60</b>	<b>384</b>
Caixa e bancos	<b>4.4.2.</b>	68	72	Obrigações a pagar		40	334
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>5.</b>	<b>15.792</b>	<b>1.897</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		14	20
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES</b>		<b>303</b>	<b>342</b>	Impostos e contribuições		6	30
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>303</b>	<b>342</b>	<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>314</b>	<b>314</b>
Operações com seguradoras	<b>6.2.</b>	15	7	Operações com seguradoras	<b>8.1.</b>	23	23
Operações com resseguradoras	<b>6.3.</b>	288	335	Operações com resseguradoras	<b>8.2.</b>	260	260
Outros Créditos Operacionais		-	-	Comissões e juros s/prêmios	<b>8.3.</b>	31	31
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>60</b>	<b>30</b>	<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS</b>		<b>5</b>	<b>5</b>
Créditos trib. e previdenciários		-	16	<b>PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS</b>	<b>9.1.</b>	<b>25.804</b>	<b>25.267</b>
Outros créditos		60	14	Danos		25.804	25.267
Despesas Administrativas Antecipadas		-	-				
<b>ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO - PROVISÃO TÉCNICA</b>	<b>9.1.2</b>	<b>13.784</b>	<b>12.075</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.4.</b>	<b>8.709</b>	<b>8.927</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.885</b>	<b>20.481</b>	Capital social	<b>11.1.</b>	144.432	144.432
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>4.881</b>	<b>20.473</b>	Ajuste com títulos e valores mobiliários		8	24
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>5.</b>	<b>4.881</b>	<b>20.473</b>	Prejuízos acumulados		(135.731)	(135.529)
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>4</b>	<b>8</b>				
Outros intangíveis		4	8				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>34.892</b>	<b>34.897</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>34.892</b>	<b>34.897</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais Mil, exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		-	-
(=) PRÊMIOS GANHOS		-	-
SINISTROS OCORRIDOS	12.2.	(3.720)	228
CUSTOS DE AQUISIÇÃO		-	-
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	12.3.	42	65
(+/-) RESULTADO DE RESSEGURO	12.4.	2.494	25
(+) Receita com resseguro		2.513	36
(-) Despesa com resseguro		(19)	(11)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	12.5.	(1.275)	(2.083)
DESPESAS COM TRIBUTOS	12.6.	(371)	(185)
RESULTADO FINANCEIRO	12.7.	2.828	2.463
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(2)	513
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		-	-
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(2)	513
IMPOSTO DE RENDA	13.	(118)	(78)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.	(82)	(56)
PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		-	-
(=) PREJUÍZO OU LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(202)	379
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		540.131	540.131
(=) LUCRO LÍQUIDO/ (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,00037)	0,00070

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais Mil)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(202)</b>	<b>379</b>
Varição de valor justo transferida para o resultado do exercício	(16)	(16)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	13	13
<b>TOTAL RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(205)</b>	<b>376</b>

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras*

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais Mil), exceto os juros sobre o capital próprio por ação

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>144.432</b>	<b>40</b>	<b>(135.908)</b>	<b>8.564</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(16)	-	(16)
Lucro Líquido do exercício	-	-	379	379
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>144.432</b>	<b>24</b>	<b>(135.529)</b>	<b>8.927</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>144.432</b>	<b>24</b>	<b>(135.529)</b>	<b>8.927</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(16)	-	(16)
Prejuízo do exercício	-	-	(202)	(202)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>144.432</b>	<b>8</b>	<b>(135.731)</b>	<b>8.709</b>

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras*

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais Mil)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido/ (prejuízo) do Exercício</b>	<b>(202)</b>	<b>379</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciações e Amortizações	4	4
Variação do valor justo de investimentos	(16)	(16)
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos Financeiros	1.697	2.498
Créditos das operações de seguros e resseguros	39	(316)
Ativos de Resseguro	(1.709)	382
Outros Ativos	(30)	(30)
Contas a Pagar	(317)	60
Impostos e contribuições	(7)	38
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	(5)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	537	(2.934)
<b>Caixa Consumido nas Operações</b>	<b>(4)</b>	<b>60</b>
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>(4)</b>	<b>60</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(4)</b>	<b>60</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68	72

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras*

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais Mil), exceto quando indicado de outra forma

## 1. Contexto operacional

A Fairway Seguros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo/SP e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.731, de 13 de agosto de 2007.

O controle acionário da Fairway Seguros S.A. é exercido pela Walsham Investment Ltd, empresa pertencente ao “Quest Group”, sediada no Reino Unido.

A Companhia emitiu, até maio de 2019, apólices de seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Patrimoniais, Riscos de Engenharia e Linhas Financeiras, principalmente para o segmento de empresas, atuando nas principais regiões do país. Em março de 2019, a Companhia assinou um contrato de cessão dos direitos de renovação para determinados negócios com a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sendo mantidas as estruturas de tecnologia de sistemas e contratos de manutenção para apoiar a carteira remanescente até o término de vigência das respectivas apólices, previsto para ocorrer em 2023. A partir de maio de 2019, a Companhia passou a emitir apenas endossos para as apólices de seguros vigentes e a gerenciar os sinistros dessa carteira, mantendo a estrutura administrativa necessária para suprir as necessidades operacionais e regulatórias correspondentes.

A Companhia mantém capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos regulatórios, os limites de retenção líquidos e os ativos financeiros para cobertura das provisões técnicas, conforme exigido pela SUSEP, além de continuar a atender e cobrir os riscos de todas as apólices em vigor até o fim de suas respectivas vigências, bem como, é responsável por cobrir e controlar os processos de sinistros avisados. Ademais, a Companhia mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e fluxos de caixa trimestrais.

Os acionistas, cuja estratégia principal é a administração de carteiras em *run-off*, não possuem a necessidade imediata de manter uma licença para operar como seguradora, considerando que não há previsão de comercialização de seguros no Brasil. No entanto, essa decisão está sujeita a eventuais oportunidades no mercado doméstico e a alterações no arcabouço regulatório que possam trazer diretrizes mais favoráveis ao modelo de negócios. Assim, a manutenção ou renúncia à licença permanece em avaliação, alinhada às condições de mercado e à regulamentação aplicável.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações pelo período mínimo de 12 (doze) meses subsequentes à data de emissão destas demonstrações financeiras e concluiu que não há incerteza relevante quanto à continuidade operacional. Embora a Companhia permaneça em regime de *run-off*, mantém estrutura operacional compatível com a gestão da carteira remanescente e dos sinistros avisados, capital suficiente para atendimento ao Capital Mínimo Requerido (CMR), ativos financeiros de elevada liquidez para cobertura das provisões técnicas e suporte financeiro da controladora, quando necessário. O pedido de autorização para mudança de controle acionário, protocolado no terceiro trimestre de 2025 e atualmente em análise pela SUSEP, não produz, até o momento, qualquer impacto na capacidade financeira ou operacional da Companhia, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Companhia mantém títulos públicos classificados como ativos financeiros em 2025 está substancialmente no circulante, capazes de assegurar a liquidez necessária para a continuidade operacional. O plano estratégico contempla aportes de capital pela controladora no exterior, sempre que necessário, além de prever a possibilidade de uma liquidação ordinária caso o ambiente regulatório não seja propício à continuidade das operações de run-off no Brasil. Essa abordagem garante flexibilidade na gestão do modelo de negócios, resguardando os interesses da controladora e dos acionistas.

## 2. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 648/21 e alterações posteriores, bem como os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As Demonstrações Financeiras são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 26(R1)”.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios, principalmente pela capacidade financeira de seu acionista e sua intenção em manter os requisitos mínimos de capital e liquidez. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio.

Em 26 de fevereiro de 2026 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

### 2.1. Base para mensuração, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros classificados na categoria por Meio de Outros Resultados Abrangentes, conforme IFRS 9/CPC 48, que são mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

### 2.2. Classificação dos contratos de seguro

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro”.

### 2.3. Mensuração dos contratos de seguros

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros,

deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as despesas relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas pelo prêmio mínimo (PMD) e diferido pela vigência média das apólices ponderada pelo prêmio.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas 3.7., 3.8. e 3.9. abordam os julgamentos aplicados nas políticas contábeis que impactam os valores reconhecidos, como estimativas de provisões técnicas, e destacam incertezas em premissas que podem levar a ajustes materiais no próximo período, ampliando a transparência das demonstrações financeiras. Dessa forma incluem:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
- (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

## 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### 3.2. Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

**Valor justo por meio do resultado** - representados por títulos e valores mobiliários reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independente da data de vencimento.

**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** – representados por ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados como mensurados a valor justo por meio de resultado ou como ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Quando realizado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perdas por redução ao valor recuperável, é transferido para os outros resultados abrangentes.

**“Empréstimos e recebíveis”** - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são contabilizados ao custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem “Operações com seguradoras” e “Ativos de resseguro”.

**“Determinação do valor justo”** - Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

### 3.3. Redução ao valor recuperável

#### 3.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridas, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é baseado em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. O estudo foi desenvolvido por grupos de vencimentos, com base nos dias em atraso, onde foram apurados percentuais de atraso de recebimento para cada grupo. Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias.

#### 3.3.2 - Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, durante o exercício de 2025 a Companhia não identificou indicadores de que os ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

### 3.4. Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro representam valores relacionados à transferência de riscos para resseguradores, incluindo os prêmios de resseguros diferidos, que correspondem às apólices emitidas ou vigentes e são reconhecidos inicialmente pelo valor contratual, com ajustes conforme o período de cobertura do risco. Também abrangem as parcelas de indenizações pendentes de liquidação, recuperáveis junto aos resseguradores, e as comissões recebidas sobre os prêmios repassados, conforme estipulado nos contratos de cessão de riscos.

Os ativos de resseguro compreendem

- (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e das apólices vigentes e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, sendo que o reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado;
- (ii) as parcelas correspondentes às indenizações pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e
- (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

### 3.5. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente gastos com desenvolvimento para sistema de computação, os quais estão registrados pelo custo.

Os custos das despesas com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada desses ativos.

### 3.6. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações das Circulares SUSEP e Resoluções CNSP vigentes, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA, conforme descritos a seguir:

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é uma obrigação técnica constituída para reconhecer os valores correspondentes aos prêmios de seguros brutos de resseguro, retidos pela seguradora, que dizem respeito ao período ainda não decorrido de cobertura dos riscos contratados. Essa provisão é calculada de forma linear, utilizando o método "pro rata dia", que distribui o prêmio de forma proporcional ao período de vigência das apólices. Desde que a seguradora entrou em *run-off*, em março de 2019, sem realizar a emissão de novas apólices e limitando-se a endossos obrigatórios nos termos contratuais, o estoque de PPNG foi progressivamente reduzido e, em dezembro de 2023, atingiu o saldo zero. Consequentemente, não há mais a necessidade de constituição da provisão PPNG\_RVNE (Riscos Vigentes Não Emitidos), que se destinava a reconhecer os prêmios associados a riscos cuja vigência já havia iniciado, mas que ainda não haviam sido formalmente emitidos. Este cenário reflete a adequação da seguradora às exigências contábeis e atuariais de reconhecimento de passivos técnicos, considerando o encerramento gradual de suas operações.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da provisão de sinistros administrativos a liquidar (PSLA), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A Provisão de sinistros a liquidar judicial (PSLJ) é constituída pela aplicação de percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros e correção monetária, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) visa cobrir as despesas relativas às indenizações de sinistros. A PDR é constituída através da soma de duas parcelas: a soma dos valores das despesas relacionadas aos sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento (PDR PSL) e da expectativa dos valores das despesas relacionadas com sinistros ocorridos e ainda não avisados (PDR IBNR). As estimativas das despesas de sucumbência relativas aos casos judiciais pendentes são adicionadas a parcela de PDR PSL.

A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até 31 de dezembro de 2025. Para cálculo da provisão, utilizam-se as metodologias atuariais de Chain-Ladder, a partir da construção de triângulos de *run-off*, e de Bornhuetter-Ferguson (BF), a partir da análise conjunta de prêmios e sinistros finais esperados (sinistralidades esperadas). Para construção dos triângulos de *run-off* são utilizados os dados históricos trimestrais de sinistros disponíveis desde o início de operações da Companhia (2012), que possibilitam a análise do desenvolvimento histórico de sinistros pagos e incorridos para projeção do desenvolvimento futuro de sinistros por trimestre de ocorrência. Portanto, este método parte da suposição de que existe um padrão consistente entre a ocorrência e o desenvolvimento dos sinistros (proporcionalidade entre os períodos de desenvolvimento). Para definição da melhor estimativa da provisão de IBNR, realiza-se a análise conjunta das metodologias de Desenvolvimento de Sinistros Pagos, de Desenvolvimento de Sinistros Incorridos e de Bornhuetter-Ferguson (BF)

Devido à situação de *run-off*, o cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) passou a ser realizado de forma global, abrangendo não apenas os sinistros cujo aviso ainda não foi recebido pela seguradora, mas também aqueles que foram reportados de forma preliminar, mas ainda não possuem informações suficientes para a determinação do valor final da indenização, conhecidos como sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER). Essa abordagem busca assegurar a constituição de uma provisão técnica adequada, considerando as incertezas inerentes ao encerramento das operações e à ausência de novas emissões, o que reduz a base estatística para cálculos futuros. O método utilizado integra modelos atuariais que levam em conta o histórico de sinistros, padrões de desenvolvimento e possíveis variações no comportamento dos avisos e liquidações, garantindo que a provisão reflita de maneira prudente os passivos esperados, mesmo em um contexto de redução gradual das atividades operacionais.

### 3.7. Provisões judiciais

Para as contingências cíveis, relacionadas a sinistros, a Provisão de sinistros a liquidar judicial (PSLJ) é constituída pela aplicação de percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor).

Adicionalmente para as contingências cíveis não relacionadas a sinistros e trabalhistas é realizada uma avaliação individual das contingências com base no histórico de perdas independentemente da classificação do risco. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.8. Teste de Adequação dos Passivos

O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e premissas realistas.

O resultado da TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações decorrentes de todos os contratos de seguro vigentes na data-base de teste; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Qualquer insuficiência apresentada no teste enseja o registro imediato de provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período.

O teste é realizado considerando fluxos de caixa e provisões técnicas brutos de resseguro. Para a projeção da melhor estimativa dos passivos atuariais, foram apurados os fluxos de caixa estimados de prêmios, sinistros ocorridos e não pagos, sinistros a ocorrer, despesas com sinistros, despesas administrativas e impostos, por grupo de ramos com características de riscos similares, e mensurados descontando-os por meio de estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) na data-base do teste, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), no caso do Cupom IPCA e pela SUSEP, no caso da taxa de juros pré-fixada, conforme determinação constante na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

O fluxo de caixa trazido a valor presente relacionado aos sinistros ocorridos, considerando indenizações e despesas de sinistros, foi comparado à soma das provisões de PSL, IBNR e PDR. O fluxo de caixa trazido a valor presente relativo a sinistros a ocorrer foi comparado à soma das provisões de PPNG e PPNG-RVNE, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A seguradora encontra-se em regime de *run-off* desde março de 2019, o que significa que não emite novas apólices, limitando-se à gestão das obrigações contratuais existentes, como endossos obrigatórios, enquanto encerra gradualmente suas operações. Em dezembro de 2023, o estoque da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) foi completamente zerado, dado que não há mais riscos vigentes com cobertura remanescente. Até 31 de dezembro de 2025, a seguradora permaneceu sem emissão de prêmios, mantendo-se exclusivamente focada na liquidação de sinistros e outras obrigações já constituídas.

Conforme orientação da SUSEP, projeções de despesas administrativas ou operacionais futuras, após o término da vigência da última apólice, não devem ser contabilizadas como provisão técnica, uma vez que não atendem aos critérios para reconhecimento de passivos regulatórios. Por essa razão, o Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi aplicado exclusivamente às provisões técnicas referentes a sinistros ocorridos, garantindo o cumprimento das normas contábeis e atuariais aplicáveis. Essa abordagem assegura a transparência e a conformidade com os regulamentos vigentes, ao mesmo tempo que reflete a realidade financeira e operacional de uma seguradora em regime de *run-off*.

O Teste de Adequação de Passivos (TAP) realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 indicou que não há necessidade de ajustes nas provisões técnicas de prêmios, uma vez que as provisões constituídas estão adequadamente alinhadas com os passivos esperados, considerando a ausência de novos riscos e a situação de *run-off* da seguradora.

Em relação aos fluxos de sinistros ocorridos, a análise atuarial dos dados históricos e a projeção de sinistros não indicaram a necessidade de ajustes. Assim, as provisões técnicas de sinistros estão dentro dos limites esperados, de acordo com os critérios atuariais e contábeis, assegurando a cobertura dos passivos remanescentes no contexto do regime de *run-off*.

Na política contábil da seguradora, todos os riscos são considerados riscos similares e administrados como uma única carteira.

### 3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do exercício corrente é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável no período que excede R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, traz que o prejuízo fiscal poderá ser compensado com lucro futuros, sempre respeitando o limite de 30% sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões. A Companhia acumula prejuízo fiscal e controla na Parte B e Base Negativa Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), para compensar com lucros futuros, conforme previsto no artigo 64 da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

A Companhia apresentou lucro antes do IRPJ e CSLL nos 3 primeiros trimestres do exercício de 2025 e compensado e controlando o prejuízo fiscal acumulado de períodos anteriores do Imposto de Renda e da Contribuição social no LALUR. No ano-calendário findo em 31/12/2025, foram pagos os valores de R\$ 118 de Imposto de Renda e R\$ 82 de Contribuição Social.

## 4. Gerenciamento de riscos

### 4.1. Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado, operacional e riscos de capital sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

### 4.2. Risco operacional

#### 4.2.1 - Gerenciamento de risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

#### 4.2.2 - Controle de risco operacional

A Companhia possui um agente profissional dedicado de controles internos responsável pela identificação, formalização e controle de matriz de risco em conjunto com a diretoria. A Companhia possui os riscos avaliados conforme metodologia interna.

### 4.3. Risco de seguros

O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Companhia por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro.

Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia utilizava critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscavam minimizar riscos de anti-seleção garantindo um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos.

Em decorrência da operação em *run-off*, a Companhia manteve apenas duas apólices vigentes até a data de 31 de dezembro de 2022, cujas vigências foram finalizadas em 30 de abril de 2023. Com o encerramento das

emissões de novas apólices e a redução gradual da base de contratos ativos, o foco da administração para o ano de 2024 foi direcionado exclusivamente à regulação dos sinistros, com ênfase especial na gestão dos sinistros judiciais. Esse processo envolveu a revisão contínua das provisões técnicas relacionadas a sinistros ocorridos, ajustando-as conforme a evolução dos fluxos de pagamento e o desenvolvimento dos casos jurídicos em andamento. Em 2025, a Companhia não registrou novas emissões de prêmios ou apólices, concentrando esforços na liquidação dos sinistros e no acompanhamento da regularização das pendências judiciais, o que reflete a estratégia de minimização de passivos e o cumprimento das obrigações remanescentes dentro do regime de *run-off*.

#### 4.3.1 - Estratégia de resseguro

A Companhia adota contratos de resseguro com estruturas tanto proporcionais quanto não proporcionais, com o objetivo de reduzir a volatilidade dos sinistros retidos, mitigando riscos e assegurando a preservação da solidez financeira da organização. Essas práticas são fundamentais para a gestão prudente dos passivos, permitindo um equilíbrio entre a cobertura dos riscos e a capacidade financeira para honrar os compromissos assumidos.

É importante destacar que as retenções estabelecidas nos contratos de resseguro são inferiores aos limites técnicos definidos pela SUSEP, garantindo, assim, plena conformidade com a legislação vigente e os requisitos regulatórios aplicáveis. Tal conformidade reflete a preocupação da Companhia em manter adequadas reservas de solvência e em proteger os interesses dos segurados, resseguradores e demais partes interessadas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela regulamentação da SUSEP.

#### 4.3.2 - Resultado do teste de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi realizada considerando as premissas de sinistralidade e taxa de juros, com o objetivo de avaliar os potenciais impactos no resultado e no patrimônio líquido. Após a execução dos testes, verificou-se que tais premissas não causaram impacto material, tanto no resultado quanto no patrimônio líquido da Companhia.

As premissas adotadas no teste de sensibilidade foram as seguintes:

- i) Sinistralidade: Como a Companhia se encontra em regime de *run-off*, sem emissão de novos prêmios e sem estoque de PPNG, a sinistralidade não representa um parâmetro relevante para a determinação do resultado. Dado que não há novos riscos assumidos, a evolução dos sinistros é limitada aos passivos de sinistro já existentes.
- ii) Taxa de Juros: Para a análise da taxa de juros, foi realizado um teste de sensibilidade com aumento e redução de 10% na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) aplicada aos fluxos de sinistros ocorridos. O impacto desse teste foi nulo, ou seja, a variação na taxa de juros não resultou em alterações nos passivos de sinistro, pois as provisões são constituídas considerando valores nominais, refletindo a estabilidade da estrutura de passivos da Companhia em um cenário de *run-off*.

#### 4.3.3 - Gerenciamento de Ativos e Passivos

A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez.

#### 4.3.4 - Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis, incluindo-se as provisões para despesas relacionadas (PDR).

## Bruto de resseguro (em milhares de reais)

Ano de ocorrência	dez/18 (*)	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
<b>Incorrido</b>								
até a data base	50.447	52.467	613	516	270	-	-	-
um ano mais tarde	58.837	44.645	885	516	270	-	-	-
dois anos mais tarde	56.828	41.058	2.001	686	270	-	-	-
três anos mais tarde	59.324	42.331	1.500	664	270	-	-	-
quatro anos mais tarde	60.054	42.390	1.641	664	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	62.797	41.761	1.647	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	61.986	40.525	-	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	64.671	-	-	-	-	-	-	-
<b>posição em 31/12/2025</b>	<b>64.671</b>	<b>40.525</b>	<b>1.647</b>	<b>664</b>	<b>270</b>	-	-	-
<b>variação da estimativa final e inicial</b>	14.224	-11.943	1.035	149	-	-	-	-
<b>% variação</b>	22%	-29%	63%	22%	0%	0%	0%	0%
<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>47.815</b>	<b>39.477</b>	<b>1.628</b>	<b>664</b>	<b>270</b>	-	-	-
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>								
<b>posição em 31/12/25 (PSL)</b>	<b>16.857</b>	<b>1.047</b>	<b>20</b>	-	-	-	-	-
<b>IBNR</b>								<b>3.571</b>
<b>PDR</b>								<b>4.309</b>
<b>Total de provisão de sinistro (Nota 9.1)</b>								<b>25.804</b>

(\*) sinistros ocorridos em anos anteriores a 2018 e ainda pendentes em 31/12/25 são considerados na primeira coluna.

## Líquido de resseguro (em milhares de reais)

Ano de ocorrência	dez/18 (*)	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
<b>Incorrido</b>								
até a data base	27.606	22.938	496	460	270	-	-	-
um ano mais tarde	27.260	18.553	654	515	162	-	-	-
dois anos mais tarde	27.865	15.916	1.464	673	162	-	-	-
três anos mais tarde	26.398	16.761	1.225	660	162	-	-	-
quatro anos mais tarde	27.569	16.756	1.411	660	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	27.978	16.339	1.413	-	-	-	-	-
seis anos mais tarde	28.192	15.822	-	-	-	-	-	-
sete anos mais tarde	28.879	-	-	-	-	-	-	-
<b>posição em 31/12/2025</b>	<b>28.879</b>	<b>15.822</b>	<b>1.413</b>	<b>660</b>	<b>162</b>	-	-	-
<b>variação da estimativa final e inicial</b>	1.273 -	7.116	918	201	-108	-	-	-
<b>% variação</b>	4%	-45%	65%	30%	-67%	0%	0%	0%
<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>21.676</b>	<b>14.822</b>	<b>1.401</b>	<b>660</b>	<b>162</b>	-	-	-
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>								
<b>posição em 31/12/2025</b>	<b>7.203</b>	<b>1.000</b>	<b>12</b>	-	-	-	-	-
<b>IBNR</b>								<b>2.000</b>
<b>PDR</b>								<b>1.805</b>
<b>Total de provisão de sinistro</b>								<b>12.020</b>

(\*) sinistros ocorridos em anos anteriores a 2018 e ainda pendentes em 31/12/25 são considerados na primeira coluna.

## 4.4. - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

### 4.4.1 - Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

### 4.4.2 - Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos.

Ativos financeiros / Rating	31/12/2025			31/12/2024		
	AAA (bra)	BB (Soberano)	Total	AAA (bra)	BB (Soberano)	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	20.673	<b>20.673</b>	-	22.370	<b>22.370</b>
Quotas de fundos de investimentos	-	20.544	<b>20.544</b>	-	22.071	<b>22.071</b>
LFT	-	129	<b>129</b>	-	299	<b>299</b>
Caixa e bancos	68	-	<b>68</b>	72	-	<b>72</b>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>68</b>	<b>20.673</b>	<b>20.741</b>	<b>72</b>	<b>22.370</b>	<b>22.442</b>

### 4.4.3 - Exposições ao crédito de resseguro

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando os resseguradores que poderão ser escolhidos, e o impacto do inadimplemento dos resseguradores é avaliado regularmente.

A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que tenha rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultuosos seja minimizado.

<u>Tipo</u>	<u>Rating Final</u>	<u>Agência</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Admitida	A+	A. M. Best Company	288	1.875
Admitida	A+	Standard & Poor's	26	23
Admitida	A++	A. M. Best Company	173	-
Eventual	A	A. M. Best Company	9	155
Eventual	A-	A. M. Best Company	254	286
Eventual	A-	Standard & Poor's	3	-
Eventual	A+	A. M. Best Company	249	37
Eventual	A+	Standard & Poor's	10.232	-
Eventual	A++	Standard & Poor's	569	167
Local	Sem Rating	A. M. Best Company	-	9.031
Local	Sem Rating	Standard & Poor's	-	501
<b>Total Geral</b>			<b>13.784</b>	<b>12.075</b>

## 4.5. Risco de liquidez

Forte posição de liquidez é mantida por meio de política de gerenciamento para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

### Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro.

### Controle de risco de liquidez

A Companhia tem uma política de liquidez onde estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise.

### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez e honrar as obrigações assumidas em seus vencimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

## Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

A gestão de risco de liquidez é efetuada pela seguradora através do monitoramento do cumprimento da legislação emitida pela SUSEP, principalmente no que diz respeito a cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores, suficiência de capital e solvência.

## Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital adequada para suportar o desenvolvimento dos seus negócios em run off e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia inclui o capital investido e o capital regulamentar, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente.

## 4.6. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia.

### Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Controle de risco de mercado

A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia é limitada aos seus investimentos em fundos de investimento.

O controle de risco de mercado utiliza-se do *VaR* paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 para cálculo de margens.

## Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a principal exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui 99,4% (98,7% em 31 de dezembro de 2024) dos investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto significativo quanto à variação de taxa de juros.

## 5. Instrumentos financeiros (Aplicações)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía aplicações na categoria de “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)” apresentadas como segue:

31/12/2025

	Nível hierárquico	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Quotas de fundos de investimento de renda fixa (a)	2	299	290	(487)	27	-	129
LFT (b)	1	22.071	1.263	(5.569)	2.809	(30)	20.544
<b>Total</b>		<b>22.370</b>	<b>1.553</b>	<b>(6.056)</b>	<b>2.836</b>	<b>(30)</b>	<b>20.673</b>

31/12/2024

	Nível hierárquico	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Quotas de fundos de investimento de renda fixa (a)	2	260	533	(518)	24	-	299
LFT (b)	1	24.608	3.360	(8.332)	2.464	(29)	22.071
<b>Total</b>		<b>24.868</b>	<b>3.893</b>	<b>(8.850)</b>	<b>2.488</b>	<b>(29)</b>	<b>22.370</b>

- (a) Referem-se às cotas de fundos de investimentos não exclusivos, sendo os investimentos em renda fixa composto na sua totalidade por títulos públicos, e são valorizados pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.
- (b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

## Hierarquia do valor justo

**Nível 1** - Preços de mercado cotados, não ajustados, para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos que a Companhia tem capacidade de acessar;

**Nível 2** - Preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados inativos; ou avaliações baseadas em modelos nos quais os insumos significativos são observáveis (por exemplo, taxas de juros, curvas de juros, velocidades de pré-pagamento, taxas de inadimplência, perdas severas etc.) ou podem ser corroborados por dados observáveis de mercado;

**Nível 3** - Avaliações baseadas em modelos em que entradas significativas não são observáveis. Os dados não observáveis refletem as próprias premissas da Companhia sobre os dados que os participantes do mercado usariam.6. Créditos de operações com seguros e resseguros

## 6. Prêmios a receber

### 6.1. Prêmios a receber

Desde que entrou em regime de *run-off* em 2019, a Seguradora deixou de emitir novas apólices, encerrando as últimas vigentes em maio de 2023. Em 2024, como consequência desse cenário, a Seguradora reconheceu contabilmente a liquidação do saldo remanescente de prêmios a receber, resultando em um impacto no resultado de duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos. Ressaltamos que esse impacto não representa risco financeiro para a Seguradora, nem compromete os limites regulatórios estabelecidos no CMR da SUSEP, mantendo-se a regularidade no controle de capitais.

### 6.2. Operações com seguradoras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Cosseguo Cedido</b>	<b>15</b>	<b>7</b>
Sinistros pagos a recuperar	99	133
Comercialização	6	6
Redução ao valor recuperável	(90)	(132)
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>7</b>

### 6.3. Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Sinistros pagos a recuperar	357	404
Redução ao valor recuperável	(69)	(69)
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>335</b>

#### 6.3.1 - Sinistros pagos a recuperar resseguradora - Aging

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
1 a 60 dias	-	91
61 a 120 dias	-	230
121 a 180 dias	1	14
181 a 365 dias	56	-
Acima de 365 dias	300	69
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>404</b>

## 7. Contas a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Obrigações a pagar</b>	<b>40</b>	<b>334</b>
Fornecedores	40	334
<b>Impostos e encargos sociais a recolher</b>	<b>14</b>	<b>20</b>
Imposto de renda retido de terceiros	2	4
Imposto sobre serviços retidos	-	1
Outros impostos e encargos sociais	12	15
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>6</b>	<b>30</b>
Imposto de renda	3	12
Contribuição social	3	9
Cofins	-	7
Pis	-	2
<b>Total</b>	<b><u>60</u></b>	<b><u>384</u></b>

## 8. Débitos de operações com seguros e resseguros

### 8.1. Operações com seguradoras

Refere-se aos prêmios de cosseguros cedidos dos ramos Property & Casualty (P&C) a serem pagos às seguradoras. Em 31 de dezembro de 2025 possuem montante de R\$ 23 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.2. Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compreensivo empresarial	5	9
Lucros cessantes	1	1
Riscos de engenharia	231	231
Riscos diversos	5	5
Riscos nomeados e operacionais	13	13
Responsabilidade civil geral	5	1
<b>Total</b>	<b><u>260</u></b>	<b><u>260</u></b>

### 8.3. Corretores de seguros e resseguros

Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos. Em 31 de dezembro de 2025 possuem montante de R\$ 31 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2024).

## 9. Provisões técnicas seguros e resseguros

## 9.1. Provisões técnicas de seguro

**31/12/2025**

Ramo	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total
Compreensivo empresarial	156	335	38	<b>529</b>
Riscos de engenharia	3.484	812	1.418	<b>5.714</b>
Riscos nomeados e operacionais	53	103	7	<b>163</b>
Responsabilidade civil administradores e diretores	68	28	5	<b>101</b>
Responsabilidade riscos ambientais	-	-	-	<b>-</b>
Responsabilidade civil geral	10.452	2.209	1.096	<b>13.757</b>
Responsabilidade civil profissional	3.711	84	1.745	<b>5.540</b>
<b>Total circulante</b>	<b>17.924</b>	<b>3.571</b>	<b>4.309</b>	<b>25.804</b>

**31/12/2024**

Ramo	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total
Compreensivo empresarial	625	431	79	<b>1.135</b>
Riscos de engenharia	3.779	891	1.008	<b>5.678</b>
Riscos nomeados e operacionais	53	21	2	<b>76</b>
Responsabilidade civil administradores e diretores	111	26	14	<b>151</b>
Responsabilidade riscos ambientais	8	-	-	<b>8</b>
Responsabilidade civil geral	9.566	2.109	906	<b>12.581</b>
Responsabilidade civil profissional	3.784	110	1.744	<b>5.638</b>
<b>Total circulante</b>	<b>17.926</b>	<b>3.588</b>	<b>3.753</b>	<b>25.267</b>

### 9.1.1 - Movimentações da Provisões técnicas de seguros

31/12/2025

	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>17.926</b>	<b>3.588</b>	<b>3.753</b>	<b>25.267</b>
Constituições	5.889	42.597	6.791	<b>55.277</b>
Reversões	(2.951)	(42.614)	(5.959)	<b>(51.524)</b>
Pagamentos	(2.940)	-	(276)	<b>(3.216)</b>
<b>Total</b>	<b>17.924</b>	<b>3.571</b>	<b>4.309</b>	<b>25.804</b>

31/12/2024

	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>20.538</b>	<b>3.718</b>	<b>3.945</b>	<b>28.201</b>
Constituições	731	-	121	<b>852</b>
Reversões	(630)	(130)	(14)	<b>(774)</b>
Pagamentos	(2.713)	-	(299)	<b>(3.012)</b>
<b>Total</b>	<b>17.926</b>	<b>3.588</b>	<b>3.753</b>	<b>25.267</b>

## 9.1.2 - Ativo de resseguro - provisões técnicas

31/12/2025

Ramo	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionada (PDR)	Total
Compreensivo empresarial	92	198	22	312
Riscos de engenharia	2.828	589	692	4.109
Riscos nomeados e operacionais	32	62	4	98
Responsabilidade civil administradores e diretores	2	1	-	3
Responsabilidade civil geral	3.327	643	138	4.108
Responsabilidade civil profissional	3.428	78	1.648	5.154
<b>Total circulante</b>	<b>9.709</b>	<b>1.571</b>	<b>2.504</b>	<b>13.784</b>

31/12/2024

Ramo	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionada (PDR)	Total
Compreensivo empresarial	373	242	45	660
Riscos de engenharia	1.762	412	452	2.626
Riscos nomeados e operacionais	32	12	1	45
Responsabilidade civil administradores e diretores	2	-	-	2
Responsabilidade civil geral	2.948	620	116	3.684
Responsabilidade civil profissional	3.308	96	1.654	5.058
<b>Total circulante</b>	<b>8.425</b>	<b>1.382</b>	<b>2.268</b>	<b>12.075</b>

## 9.2.1 - Movimentações dos ativos de resseguro - provisões técnicas

31/12/2025

	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.425</b>	<b>1.382</b>	<b>2.268</b>	<b>12.075</b>
Constituições	3.464	17.950	3.382	<b>24.796</b>
Reversões	(1.460)	(17.761)	(3.080)	<b>(22.301)</b>
Pagamentos	(720)	-	(66)	<b>(786)</b>
<b>Total</b>	<b>9.709</b>	<b>1.571</b>	<b>2.504</b>	<b>13.784</b>

31/12/2024

	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.716</b>	<b>1.381</b>	<b>1.360</b>	<b>12.457</b>
Constituições	(937)	2.763	1.400	<b>3.226</b>
Reversões	-	(2.762)	(429)	<b>(3.191)</b>
Pagamentos	(354)	-	(63)	<b>(417)</b>
<b>Total</b>	<b>8.425</b>	<b>1.382</b>	<b>2.268</b>	<b>12.075</b>

## 9.2. Provisão para sinistros em discussão judicial

A Companhia mantém processos judiciais relacionados a sinistros cobertos pelas apólices vigentes, registrados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – Judicial”, que totalizavam R\$ 17.456 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.397 em 2024). A mensuração é realizada de forma individualizada por sinistro, com base na análise técnica da área de sinistros e nos pareceres dos advogados externos, considerando limites contratuais de cobertura, franquias, atualização monetária, juros e honorários de sucumbência, quando aplicáveis, sendo os valores registrados pelo montante bruto de resseguro, com a correspondente parcela recuperável reconhecida em conta redutora, conforme regulamentação da SUSEP.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Sinistros judiciais (*)			Sinistros judiciais (*)		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	5	11.147	5.926	5	16.639	5.882
Perda possível	9	37.535	9.831	11	14.098	5.357
Perda remota	13	51.674	1.699	21	39.631	5.158
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100.357</b>	<b>17.456</b>	<b>37</b>	<b>70.368</b>	<b>16.397</b>

(\*) Os valores são **compostos por**: Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), acrescida da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), **deduzida** da Provisão de Sinistros a Liquidar – Recuperação sobre Cosseguro Cedido.

## 10. Garantia das provisões técnicas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Provisões técnicas de seguros e resseguros</b>		
Provisão de sinistros a liquidar	17.926	17.926
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	3.569	3.588
Provisão de despesas relacionadas	4.309	3.753
<b>Total</b>	<b>25.804</b>	<b>25.267</b>
Provisão de sinistros a recuperar	(9.710)	(8.425)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados resseguros	(1.570)	(1.382)
Provisão de despesas relacionadas	(2.504)	(2.268)
<b>Total</b>	<b>(13.784)</b>	<b>(12.075)</b>
<b>Total a ser coberto</b>	<b>12.020</b>	<b>13.192</b>
<b>Ativos vinculados</b>		
Títulos de renda fixa - públicos	20.543	22.071
<b>Total</b>	<b>20.543</b>	<b>22.071</b>
<b>Suficiência de cobertura</b>	<b>8.523</b>	<b>8.879</b>

## 11. Patrimônio líquido

### 11.1. Capital social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 144.432 (R\$ 144.432 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 540.131.296 (540.131.296 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencente a acionistas domiciliados no país.

### 11.2. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, quando aplicável. No exercício findo de 2025 não foi constituída reserva de lucros pois a Companhia acumula prejuízo.

### 11.3. Dividendos

Ao acionista está assegurado dividendos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma prevista na legislação societária brasileira. No exercício findo de 2025 não foi distribuído Dividendos pois a Companhia acumula prejuízo.

## 11.4. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

O patrimônio líquido contábil é ajustado por adições e exclusões, para que a companhia possa assegurar suas atividades diante de oscilações e situações adversas, resguardando a companhia de solvência.

Conforme determinações da SUSEP, as Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Sociedades de Capitalização e de Previdência Privada Aberta, devem divulgar nas notas explicativas a demonstração do seu Patrimônio Social Ajustado.

Em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021 e apresentam a seguinte situação foram efetuados os ajustes de qualidade da cobertura do CMR conforme norma: no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; no máximo 15% serão cobertos por PLA de nível 3 e no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

O cálculo do Capital de Risco, Capital Mínimo Requerido (CMR) e a verificação da Solvência foram realizados conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 432/2021 e conforme demonstrações a seguir são suficientes, portanto, não se encontra em risco de solvência na data de 31/12/2025:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>8.709</b>	<b>8.927</b>
Ajustes Contábeis	(4)	(8)
PLA (total) = PL + Aj Cont. + Aj econ. + Aj do exc. de nível 2 e 3 + Outros Aj	<b>8.706</b>	<b>8.919</b>
<b>CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO</b>	<b>8.100</b>	<b>8.100</b>
<b>Ajustes Contábeis</b>		
Ativos intangíveis (-)	(4)	(8)
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	-	-
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>PLA nível 1</b>	8.706	8.919
<b>PLA nível 2</b>	-	-
<b>PLA nível 3</b>	-	-
PLA nível 2 + PLA nível 3 - 50% CMR	(4.050)	(4.050)
PLA nível 3 - 15% CMR	(1.215)	(1.215)
Excesso do PLA de nível 2 e 3 =	-	-
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Suficiência	606	819
Suficiência %	7,48%	10,11%

### 11.4.1 - Demonstrativo de cálculo do capital de risco, capital mínimo requerido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Capital base (1)</b>	<b>8.100</b>	<b>8.100</b>
Capital adicional baseado no risco de subscrição	592	98
Capital adicional baseado no risco de crédito	295	277
Capital adicional baseado no risco operacional	105	103
Capital adicional baseado no risco de mercado	14	21
Efeito em função da correlação	(114)	(53)
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>892</b>	<b>446</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (I) e (II)</b>	<b>8.100</b>	<b>8.100</b>

## 12. Detalhamento das contas do resultado

### 12.1. Prêmios ganhos (brutos de resseguro)

A Companhia encontra-se em *run-off*, ou seja, não realiza novas emissões de apólices, apenas administra os contratos anteriormente firmados e os respectivos sinistros a eles relacionados.

Conforme a regulamentação da SUSEP, o índice de sinistralidade é calculado com base na relação entre os sinistros ocorridos e o prêmio ganho no período. No entanto, considerando que a Companhia não reconhece prêmios ganhos devido à ausência de novas emissões e ao esgotamento da vigência dos contratos remanescentes, não é possível calcular esse índice de forma representativa para a operação atual.

Dessa forma, a análise de desempenho da Companhia deve ser conduzida com base em outros indicadores, como a evolução das provisões técnicas e o comportamento dos pagamentos de sinistros pendentes.

### 12.2. Sinistros ocorridos

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/20</u>
	<b>25</b>	<b>24</b>
Indenizações avisadas	-	(1)
Despesas de sinistro	(1.900)	52
Recuperação de sinistros	(1.779)	(1)
Salvados e ressarcimentos	32	22
Variação da provisão IBNR	17	131
Variação da provisão despesas relacionadas	(90)	25
<b>Total</b>	<b>(3.720)</b>	<b>228</b>

### 12.3. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Redução ao valor recuperável	42	65
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>65</b>

## 12.4. Resultados com resseguros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita com resseguro</b>	<b>2.513</b>	<b>36</b>
Recuperações de indenizações de sinistros	2.004	25
Recuperações de despesas com sinistros	215	25
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	188	1
Variação das despesas relacionadas	106	(15)
<b>Despesa com resseguro</b>	<b>(19)</b>	<b>(11)</b>
Salvados e ressarcimentos cedidos	(19)	(11)
<b>Total</b>	<b>2.494</b>	<b>25</b>

## 12.5. Despesas administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal próprio	-	(3)
Serviços de terceiros	(1.153)	(1.863)
Localização e funcionamento	(112)	(127)
Publicidade e propaganda	-	(64)
Depreciação e amortização	(10)	(26)
<b>Total</b>	<b>(1.275)</b>	<b>(2.083)</b>

## 12.6. Despesas com tributos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impostos federais	-	(2)
PIS e COFINS	(78)	(61)
Taxa de Fiscalização	(293)	(122)
<b>Total</b>	<b>(371)</b>	<b>(185)</b>

## 12.7. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.846</b>	<b>2.492</b>
Rendimento financeiro	2.809	2.468
Outras receitas financeiras	37	24
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(18)</b>	<b>(29)</b>
Outras despesas financeiras	(18)	(29)
<b>Total</b>	<b>2.828</b>	<b>2.463</b>

## 13. Imposto de renda e contribuição social

Há duas categorias na provisão para o imposto de renda e contribuição social: O imposto corrente e o imposto diferido, registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados mensalmente, de acordo com a legislação tributária com alíquotas vigentes abaixo apresentadas:

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(-) IRPJ	(118)	(78)
(-) CSLL	(82)	(56)
<b>Total</b>	<b><u>(200)</u></b>	<b><u>(134)</u></b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 544 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa de contribuição social de R\$ 544 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2024). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025 de prejuízo fiscal é R\$ 127.304 (R\$ 125.786 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa de R\$ 130.325 (R\$ 128.807 em 31 de dezembro de 2024). Esses créditos não estão registrados na contabilidade pelo fato da Companhia não ter expectativa de realização desses créditos fundamentada em projeções que demonstrem bases tributáveis num período razoável de tempo.

## 14. Outras informações

### 14.1. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 14.2. Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 745 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 790 em 31 de dezembro de 2024).

### 14.3. Normas e interpretações ainda não adotadas

#### CPC 50 - IFRS 17 Contratos de seguro

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros (IFRS 17). A nova norma substitui a IFRS 4, Contratos de Seguros (IFRS 4). O IFRS 17 exige que uma companhia de seguros mensure contratos de seguros usando uma medição atual dos fluxos de caixa esperados com desconto, mais uma margem de risco para refletir a variabilidade no valor e no momento dos fluxos de caixa do seguro. É permitida uma abordagem simplificada (a “abordagem de alocação de prêmios”) semelhante à contabilização atual do passivo pela cobertura remanescente (prêmio não adquirido) e o reconhecimento do prêmio ganho por contratos que atendem a determinados critérios, incluindo todas as apólices com períodos de cobertura de um ano ou menos. Para as políticas que não têm permissão para usar a abordagem de alocação de prêmios, a IFRS 17 proíbe o reconhecimento de qualquer ganho em questão que resultaria do uso dessas estimativas de valor esperado em dinheiro descontado, ajustado ao risco esperado (para reservas de apólices). Qualquer ganho na emissão do contrato é compensado pela aplicação de uma margem de serviço contratual. O IFRS 17 também altera a contabilização do resseguro cedido mediante a compensação de qualquer comissão cedente pelos prêmios de resseguro incorridos.

## 15. Fato Relevante

A Companhia continue em run-off, a atual administração informa que foi protocolado no terceiro trimestre de 2025, pedido de autorização para mudança do controle acionário, no órgão regulador. Tal pedido, se encontra em análise, até o presente momento. A razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas premissas vigentes, não havendo impactos mensuráveis a serem reconhecidos, nos termos do CPC 24.

## 16. Eventos Subsequentes

A FAIRWAY SEGUROS S.A avaliou os eventos subsequentes até 26 de fevereiro de 2026, data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração.

Não tendo sido identificadas situações que afetassem as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

### DIRETORIA

---

Juan Pablo Bragadin – Direto

---

Benildo de Araújo Costa - Diretor

---

Juliana Simara Lima  
**CONTADORA** – CRC/SP 333368/O-0

---

Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto  
Mano  
**ATUÁRIA** – MIBA N° 900